

«Tudo o que é sólido desfaz-se no ar»

*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança:
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

*Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem (se algum houve) as saudades.*

Luís de Camões

Raquel Varela |

«Queremos um Estado forte na economia». É isso o que defendem muitos na sociedade portuguesa hoje, sobretudo os economistas de inspiração nekeynesiana. Insistem que o projeto neoliberal consiste em retirar força ao Estado e que a resposta a este «fanatismo liberal» é o combate pelo reforço do papel desse mesmíssimo Estado. Não partilho desta hipótese. Nunca tivemos tanto Estado como hoje e o centro das reivindicações sociais igualitárias e livres, o coração mesmo dos projetos emancipatórios – que terão que respeitar a liberdade individual, que não é uma nota de rodapé na mudança social, mas o seu coração –, consiste em retirar força a este Estado, devolvendo-a a organizações da sociedade, de base, com origem nos lugares onde as pessoas trabalham, habitam e outros por inventar, num período onde o trabalho à peça e ao domicílio ganhou uma dimensão gigante (“recibos verdes”* etc.). O aprofundamento da democracia é hoje um desígnio central da civilização, e exige mais intervenção da sociedade, recuperação do controlo da população sobre a *res publica*, em vez de se limitar a um cheque em branco passado, num ato eleitoral, de quatro em quatro anos.

Estamos, porventura, perante uma transição histórica que não representa o fim da história, mas o fim de uma época, que só encontra paralelo com os anos 30 do século XX, ainda assim com muitas diferenças. Esta época, este novo tempo, exige a mobilização social organizada como contraponto ao desânimo individual, exige poderes democráticos que sirvam de contrapoder a um Estado-total que, por múltiplas vias, se tornou asfixiante, controlando todos os interstícios da vida – do pequeno pescador que não pode vender a dourada numa tasca humilde à beira-mar ao colosso da dívida pública; da senhora do mercado que esconde os sacos de plástico dos fiscais das finanças à saúde privada, financiada de forma direta a 40%, a 50%, pelo Serviço Nacional de Saúde. O Estado é total, agregando em si um poder desmesurado que, como todo o poder concentrado, seja em que mãos for, é de mais. Através do seu peso económico, o Estado condiciona a economia privada no sentido de conservar e ampliar a sua margem de lucro, não importando que esse mesmo lucro possa transubstanciar-se em rendas como as PPP. Existe nesse procedimento uma certa democracia das quotas. Assim, as quotas de mercado determinam a preferência do Estado pela salvação de determinado tipo de capitais, resultando numa erosão simultânea dos níveis salariais e da existência dos pequenos produtores independentes, ou seja, aqueles que produzem de acordo com uma estratégia própria para um qualquer mercado concorrencial.

Os pequenos produtores dependentes, ou seja, aqueles que produzem para um cliente, um grupo maior, não passam na verdade de um departamento condicionado pela estratégia do seu único cliente. É estimulante comparar este comportamento do Estado com aquele adotado pelo Estado Novo que produzia um condicionamento semelhante por meios políticos. O Estado hoje condiciona através da dívida pública e de outras rendas fixas, como as parcerias público-privadas, cuja taxa de rentabilidade só é superior, em alguns casos (14%, 18%), no negócio da droga; o Estado regula a flexibilização laboral, criando um emaranhado de leis, estágios, etc. (e não, como se diz

erradamente, promovendo a «desregulamentação», porque a flexibilidade é profundamente *regulada* pelo Estado), que promove e cria a precariedade laboral e o desemprego; o Estado determina os cortes dos salários do setor público, que servem de arrastamento e exemplo para cortes nos salários no setor privado; o Estado nunca obteve tanta arrecadação fiscal na sua história; o Estado substitui-se ao tradicional conflito patrão-trabalhador, assumindo pela via de leis gerais (horas extraordinárias, estágios não remunerados, regulação do banco de horas, etc.) os cortes na massa salarial (cortes diretos e indiretos); o Estado estimula a privatização de bens públicos, expropriando diretamente serviços fundamentais (ANA, PT, EDP) ou usando dinheiros públicos para sustentar diretamente os negócios privados (saúde privada, banca privada, entre outros).

O Estado que quase todos abraçam com carinho na sociedade portuguesa é o Estado social. Em rigor, historicamente, o Estado social é sobretudo o *salário social*: as pessoas pagam impostos e contribuições sociais que querem ver restituídos em serviços públicos que o Estado não dá, devolve. Em segundo lugar, o Estado social não é uma dádiva do Estado, ele nasceu contra o Estado, nas lutas sociais de 1974-1975, quando ocorreu o aumento e o alargamento de pensões e reformas, a unificação da saúde com a nacionalização das misericórdias e outros hospitais privados (até o sangue se comprava e vendia até 1974!), e uma educação democrática que tinha como eixo o ensino unificado – igual para pobres ou ricos até ao 9.º ano – e a gestão democrática das escolas, entre outros exemplos.

«Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só e as coisas que há e estão para haver são demais de muitas [...] e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total» diz Ariobaldo, em *Grande Sertão Veredas*. O Estado hoje cada vez mais aparece como aquilo que sempre foi: um instrumento, cada vez mais complexo – com agentes e estruturas, sobretudo os agentes contraditórios com o próprio

Estado muitas vezes –, de promoção da concentração de riqueza social nas escassas mãos de alguns, e não uma fonte de confiança e bem-estar público para a maioria dos que vivem sob o seu domínio. Em Portugal há 870 milionários que têm uma fortuna equivalente a 45% do PIB (o PIB é aquilo que é produzido pelo conjunto da população). O índice de Gini, que mede a desigualdade social, que é hoje a maior desde 1974, a repartição oficial capital/trabalho; a pobreza e a riqueza do País, a falência galopante de PME, a proletarização geral dos setores médios aí estão para confirmar o que os olhos baços da ideologia, sobretudo da social-democracia, não assumem. Os cidadãos hoje têm um problema sério com o Estado, que não se resolve com mais Estado mas com conflitos contra esse mesmo Estado, conflitos que os grandes partidos, de governo e de oposição, não querem enfrentar, mesmo se um dia destes acordarmos todos em... 1939, às vésperas do maior conflito da história de toda a humanidade.

A gestão assistencialista do desemprego, a recapitalização de empresas, a titularização do fundo da Segurança Social, a mercantilização das funções sociais do Estado, a própria gestão da força de trabalho em sede de concertação social, todas estas mudanças foram feitas e realizadas tendo por epicentro o reforço do Estado e do seu papel, na dupla vertente de regulador e financiador cada mais presente, e não pela sua ausência, como erradamente se atribui à chamada «fase neoliberal». O Estado não tem diminuído. Pelo contrário, tem-se reforçado, não já apenas nas vertentes política e militar, mas claramente na dimensão económica, atuando como um peso central contracíclico, ou seja, criando as medidas para recuperar a desvalorização dos ativos (propriedades, títulos, rendas, etc.). Vivemos entre 'narrativas' superficiais. De um lado, os que defendem que o País viveu acima das possibilidades, consumindo de forma exagerada, criando um setor médio artificial, baseado no crédito e num Estado perdulário, o Estado-gordo. Do outro, todo um setor que sufraga, na luta política diária, o «mal menor», expresso no

«voto útil», ou seja, a ideia de que não há força social da população – um povo que seria «medroso», «cobarde» – para impor mudanças radicais civilizadas, uma nova rutura como em abril de 1974, e defende que o único caminho é a luta eleitoral no quadro da democracia representativa.

Esta tese, a do «mal menor», tem hoje, em Portugal, mais força social do que as ideias liberais. E inclui todos os partidos do arco parlamentar. Nenhum partido sufraga hoje a defesa de uma sociedade distinta, de um modo de organização social alternativo, e recusa qualquer utopia social. Esta atitude observa-se programaticamente. Até o pleno emprego – embora vivamos hoje com 1 milhão e 400 mil desempregados – saiu das campanhas públicas destes partidos, sem exceção, que insistem em colocar os programas emergenciais – rendimento mínimo, subsídio de desemprego – como panaceia para o problema histórico da miséria provocada pelo desemprego e os baixos salários. A falta de saídas, que provoca desespero individual, vê-se a olho nu na reprodução dos discursos dominantes. As políticas de recuperação dos ativos falidos em 2007-2008 são, da direita à esquerda, designadas de «austeridade», e a «saída da crise» é uma retórica usada por todos, ocultando que desde 2009 uma parte minoritária suspirava de alívio porque teria saído da crise em que tinha entrado em 2007 e 2008 – a banca e os ativos falidos de grandes empresas – e outra parte da população, maioritária, quem vive do trabalho, e as pequenas e médias empresas, entrou nessa crise. O «dinheiro» não se evaporou, saiu de um lado para o outro. Portugal tem hoje mais 50% de pobres e mais 30% de milionários.

Na agonia de descer os salários para recuperar da mais histórica queda da taxa de lucro, as políticas aplicadas a partir de 2008 ousaram um salto histórico, destruir a base social do regime de democracia-liberal, criado a partir de novembro de 1975. Abriram, porém, uma caixa de pandora. Está por provar que os «brandos costumes», essa antiutopia herculaneana apropriada por Salazar, subsistam à degradação

das condições de vida da larga maioria dos trabalhadores. Paz, em Portugal, no Portugal contemporâneo, tem dois nomes: polícia política ou amplos direitos sociais. Todos os outros tempos históricos, na época contemporânea, são marcados pela ingovernabilidade e dialecticamente têm como consequência o entrave à acumulação, eufemisticamente invocada, fora dos meios científicos críticos, como «estabilidade social». Em 76 anos de constitucionalismo monárquico houve 43 eleições gerais, 1 ano e oito meses por legislatura em média. Entre 1910 e 1926, sete eleições legislativas gerais, oito eleições presidenciais e 39 governos! Na revolução de 1974-1975, há seis governos durante 19 meses, e entre 1976 e 1983, dez governos, dois dos quais interinos e três de iniciativa presidencial.

O projeto de desenvolvimento do pós 1975, a «Europa Connosco» – modelo da pauperização relativa em que lucros e salários cresciam juntos, ou seja, os ricos ficavam mais ricos, mas os pobres ficavam menos pobres, a essência do projeto social-democrata – ruiu, como antes tinha ruído o projeto estado-novista, como tinha colapsado o projeto republicano. A modernização progressista de Portugal foi um fracasso, e vingou a modernização pelo atraso. «Deem-me uma guerra e farei o PIB crescer!» Destruir campos, fechar fábricas, eliminar capacidade produtiva, desinvestir em formação de força de trabalho e ciência, incentivar a emigração forçada... O modelo do retrocesso predomina nas opções políticas de quem tem estado ao leme dos destinos do País – do trabalho forçado dos anos 50 ao salário mínimo de 2014, são as pontas de um modelo de acumulação que disputa só um terreno, o do trabalho barato. Incompatível com o desenvolvimento da riqueza e bem-estar da população.

Na verdade o único projeto político bem-sucedido em Portugal do ponto de vista de ampliar o acesso ao bem-estar – dar mais a mais pessoas – foi o projeto revolucionário de 1974-1975, que assentou não num equilíbrio entre classes sociais e

frações de classes sociais, mas justamente no seu oposto, num conflito, que teve como polo central a democracia de base. Nunca tanta gente decidiu tanto em Portugal como no período de 1974-1975 e o que saiu desses 19 meses foi a assunção de um mínimo social civilizacional – o direito ao emprego e o Estado social –, e chegou pela mão da confrontação real de projetos políticos realmente alternativos. A história é processo, não é uma fatalidade. É um filme, dinâmico, e não uma fotografia, estática. Somos nós que a fazemos, nas suas tragédias e júbilos, um processo feito de sujeitos sociais e não um delírio teleológico divino. Ela compreende escolhas, de pacto ou conflito, de derrota ou vitória, às vezes de empate, embora, sabemo-lo, não duradouro.

Não se evitou a decadência económica do País, mas produziu-se, esse é o argumento central que apresento – no livro [*Para onde vai Portugal?*](#) –, uma massiva proletarização, urbanização e escolarização da esmagadora maioria da população que, aliadas às conquistas da revolução, sobretudo o Estado social, podem ser a força social capaz de fazer emergir uma ideia de bem-estar para a população. Mas quando olhamos retrospectivamente, com calma e serenidade, sem os olhos vendados pelo senso comum, pelos *flashes* de jornais e televisões (o tempo da teoria social é lento e o da luta política é rápido!), o que vemos não é bem um país desolado, naufragado, sem força social para resistir. Hoje, por mais surpreendente que possa parecer, as condições sociais, políticas e económicas para uma mudança para uma sociedade mais justa, igual e livre são melhores do que alguma vez foram em todo o século XX.

Vivemos um tempo que já não é. A história segue o seu curso. É normal e não deve angustiar-nos. O Pacto Social expirou e as formas de organização que existem não funcionam. Não funcionam e a razão não é porque as pessoas não aderem a elas: as pessoas não aderem a elas porque estas formas de organização não funcionam mesmo. Não sabemos se os trabalhadores europeus resistirão à pressão nacionalista de culpar países inteiros

pela crise, não diferenciando classes e setores sociais dentro de cada país, mas estamos cá também para lembrar que foi a incapacidade de construir uma alternativa internacionalista que levou às tragédias da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais. Não temos um 'povo brando'. Temos uma classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-próprio-trabalho (professor, médico, bancário, estivador, cantoneiro, bolseiros, enfermeiro, engenheiros...) que percebeu os limites da delegação de poderes. Ainda não teve força para, no seu lugar, erguer uma outra forma de organização que implique o exercício do poder, de forma direta, livre, igual e democrática (não são chavões, um plenário que não dá voz a todos não tem legitimidade).

O nosso problema não é a rejeição dos velhos métodos. Tudo o que é qualitativamente novo implica a destruição do antigo que lhe colocava amarras. O dilema é ter imaginação coletiva para reaprender a resistir, organizadamente, com liberdade. Podemos chorar, carpir, «tão bom que era no tempo em que os sindicatos chamavam uma greve, não havia sequer piquetes, ninguém se mobilizava, ficava-se em casa, e os patrões ou o Estado chamavam os sindicatos e negociavam 2% de aumento salarial!» Ou podemos olhar para o outro lado, *on the bright side of life*. Tempos novos em que o otimismo não é uma forma de ingenuidade – pergunto-me sempre para que serve o pessimismo, alguma vez mudou alguma coisa? –, mas uma preferência de quem submete o senso comum ao juízo da história. Pois sabe que o mundo se move, mesmo que o mundo inteiro diga que não, que não se move. Como disse Friedrich Hebbel, citado por Antonio Gramsci no jornal *Città Futura*, em plena vaga revolucionária mundial: «À juventude censura-se amiúde por acreditar que o mundo começa apenas com ela. Mas os velhos acreditam ainda mais piamente que o mundo finda com eles. Afinal, o que é pior?» (tradução nossa).

=

*Trabalhador a “recibos verdes” é aquele que se desempenha

a actividade de prestação de serviços e/ou produção de bens mediante pagamento por peça ou serviço. Este percebe os tais “recibos verdes”, para efeitos fiscais de fins declarativos, como os chamamos em Portugal. É, em miúdos, um nome novo para o velho conteúdo da precarização do trabalho com falso ar de “inovação”.

=

VARELA, Raquel. *Para onde vai Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2015.

Assista abaixo o *booktrailer* de lançamento do livro pela Bertrand Editora:

«Todo cozinheiro deve saber dirigir o Estado»(*) e os erros de nossa vitória

Raquel Varela |

*Toda a gente que eu conheço e que fala comigo/
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,/*
*Nunca foi senão príncipe – todos eles príncipes – na vida/
Quem me dera ouvir de alguém a voz humana/
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;/*
*Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!/
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam./*
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi
vil?/
Ó príncipes, meus irmãos / Arre, que estou farto de
semideuses!//

Onde é que há gente neste mundo? (Por Fernando Pessoa)

A vida poderia ser um pouquinho melhor se tivesse mais gente que soubesse a importância de errar, gente “falhada”, por assim dizer, ocupando lugares de responsabilidades públicas – da culinária(**) à revolução –, porque a medida do nosso sucesso é também o nosso falhanço. Errar é humano. E mais do que isso. É, mesmo, necessário. É, realmente, impossível triunfar sem erros. Digo-o, assim, sem exageros. Explico-me?

Faço uns bolos deliciosos. Geram comentários instigantes de meus amigos – quando há piqueniques cria-se expectativa. Todos querem saber com que ingredientes eu inventei um bolo, uma receita nova, talento que não tenho na culinária regular. Tudo a olho. Não tenho balança. Já me perguntei por que será que algo tão fácil, para mim, gera tanto entusiasmo, nos outros. Levo escassos minutos a fazer um bolo delicioso, do exótico gengibre ao banal chocolate, da inesperada *courgette* (ou abobrinha italiana) à, já velhinha, batata-doce. A resposta, científica e comprovada, está no meu passado, justamente, “falhado”. Tive o privilégio de ter uma mãe tolerante aos erros. Quando eu era pequena odiava estar em casa, cresci convencendo, com luta e ardor, o meu irmão, mais velho, a levar-me para as brincadeiras de rapazes, na rua, onde, aí sim, eu era feliz. Quando por alguma razão eu tinha que ficar em casa, a minha mãe, para sobreviver ao caos, deixava-me invadir a cozinha e fazer bolos, sujando tudo à volta, assumindo com piadas o prejuízo, que era também o preço mesmo do seu sossego.

Solados, esturricados, insuportavelmente doces ou horrivelmente amargos, foram dezenas saídos do forno diretamente para o lixo. Um dia, Otelo Saraiva de Carvalho, oficial militar que planejou um dos mais bem-sucedidos golpes de Estado de todo o Séc.XX, o 25 de Abril, que abriu as portas à Revolução dos Cravos, disse-me que só conseguiu fazê-lo porque, um mês antes, em 16 de março, tinha ocorrido o

famigerado golpe das Caldas, que falhou. E ele foi estudar em que é que os outros tinham, enfim, errado. Disse-me, e cito-o literalmente: “sem o golpe das Caldas não teria sido possível o 25 de Abril”. O golpe das Caldas é retratado na historiografia-padrão como uma precipitação imponderada, um rotundo falhanço. Qualquer cientista sabe que o caminho do sucesso é uma estrada feita de erros, nossos e dos nossos colegas – quando um médico descobriu uma cura para a humanidade baseou-se nas tentativas, “falhadas”, de centenas de colegas. Não se omita com isto o brilhantismo individual – a coragem, a persistência e o talento individuais costumam ser mesmo indispensáveis. Mas não podem ofuscar a construção coletiva, e falhada, que está por trás de todo e qualquer sucesso.

Dir-me-ão então que o caldo cultural desta sociedade de “sucessos”, assim medidos, pela ausência de erros, é a cultura competitiva, individualista, narcísica, que domina este “fim de século”, este final dos tempos? Acho porém que é algo mais forte do que isso. Nós vivemos numa sociedade perigosa, em que todos os poros da nossa vida – a afetiva e a intelectual, política e social – foram contaminados por uma chaga que atingiu a todos, crianças a adultos, mesmo os que dela não deram conta: a assim-chamada “avaliação de desempenho”. A avaliação de desempenho é a contraparte da empresa enxuta – mantém-se 5% dos trabalhadores com direitos e 95% precarizados, e cria-se uma avaliação que impede os 95% de acederem à quota preestabelecida, de salários mais altos, dos 5%. Todos estão porém na concorrência mais brutal. Na universidade o teto são vinte artigos, quando todos atingem esse teto, passa-se a trinta artigos e assim sucessivamente. Já nos médicos é atender cinqüenta doentes por dia, quanto atinge-se o teto, este passa a ser sessenta. É como a linha do horizonte, ao longe, vai-se afastando mais, à medida em que nos aproximamos. É a terrível distopia do capitalismo decadente.

Na avaliação de desempenho a medida do sucesso é: 1) o resultado, e não o processo; 2) o indivíduo, e não o coletivo e, por fim, 3) o tempo curto e não a longa duração. Logo, o sucesso aparece como uma característica inaudita, individual e algo urgente. É assim que o sucesso do jovem mede-se pelo resultado que teve no exame vestibular e não pela educação sentimental, da escola e da família, cultural e científica, afetiva e intelectual, política e social, que teve ao longo dos seus primeiros dezessete anos de vida. Se quiséssemos rir com a desgraça alheia imaginemos só o que é isto na vida sexual – um sucesso medido pelo desempenho de um só indivíduo, urgente e de uma só vez... A avaliação de desempenho mudou a vida do mundo inteiro, diz o psicólogo social do trabalho Christophe Dejours, o mais famoso desta área, e tem toda a razão.

Porque o jovem que falhou no exame é, todo ele, um falhanço, desde sempre. Porque o trabalhador que errou é despedido, sem mais; porque à primeira discussão no partido o militante abandona a filiação, sem mediações; porque o jantar estava ruim o cozinheiro é proscrito, de imediato; porque a relação correu mal um par de vezes faz-se a ruptura, de preferência de modo a ser o mais dramática e intempestiva possível ou imaginável; porque o vizinho estava com má cara, não lhe falo mais, e por aí afora, nas mais diversas esferas da vida. Não há espaço ou tempo para bolos queimados nem golpes falhados nesta sociedade de gente bem-sucedida, que nunca erra e quando o faz é para assumir erros de que se orgulha, jamais daqueles de que se envergonha.

É trágico vivermos assim porque deste “sucesso” nascem cada vez mais erros, graves, e sérios. Quem erra evita assumir para não ser acusado de frágil e, portanto, oculta os erros. Quem assume o erro é considerado fraco – não cuidou do seu orgulho, e é desprezado. Quem persiste no erro é “determinado” ou “forte”. Gerou-se uma intolerância aos erros, do local de trabalho micro às relações humanas macro. Não há sequer espaço

ou tempo para perceber que uma percentagem ínfima das pessoas é *sociopata* – i.e., erra, erra outra vez, não se para por nada e rumo ao precipício sem volta. A maioria, a grande maioria, sairá mais forte, mais capaz, mais interessante, mais instigante, melhor preparada, mais feliz, mais amorosa, se apenas tiver tempo e espaço para assumir, olhar para trás – balanço e perspectivas – pensar e corrigir os seus erros. Erros que devem ser acarinhados em nossa história de vida. E, também por isso, far-se-á bolos mais que deliciosos e, *quem sabe?*, belas e fortes revoluções de cravos nas mãos.

–

(*) Vladimir Ilitch Ulianov Lenin costumava dizer que todo cozinheiro, após a revolução dos soviets, deveria saber dirigir o Estado dos trabalhadores. No cartaz soviético de agitprop público, de **I. P. Makarychev** [acima reproduzido], lê-se, nos dizeres em cirílico, que: «*Todo cozinheiro deve saber dirigir o Estado*» (1925). O pôster é uma clara referência ao modo de agir lenineano e à concepção bolchevique de partido, ressaltando que as mais altas cúpulas de Estado deveriam ser governadas pelos trabalhadores de virtualmente toda categoria e qualquer setor da produção – e reprodução – da vida total em sociedade.

–

Os realizadores do longa-metragem da Pixar Animation Studios, “**Ratatouille**” (“Ra•ta•tu•i”), ao que tudo indica, não são leitores assíduos do marxismo revolucionário. “Não sabem, mas fazem”, diria o Velho Mouro. O ídolo do ratinho cozinheiro camponês, Remy, é o cosmopolita chef de cousine parisiense, Auguste Gusteau. O seu mote predileto, e que dá título a seu renomado livro de receitas, é justamente: “Anyone can cook” (“Qualquer um pode cozinhar”). Impressiona – a qualquer leitor atento de Antonio Gramsci e Vladimir Lenin – a proximidade de sua concepção total de mundo. Assista aqui a seu trailer:

A Debacle Grega

Autoria: Perry Anderson

Tradução: **Betto della Santa**

Revisão: **Raquel Varela**

A crise grega provocou um previsível misto de indignação e autocongratulação na Europa, alternadamente lamentando-se a dureza do acordo imposto em Atenas ou comemorando-se a sua permanência de última hora dentro da 'família europeia', ou as duas coisas ao mesmo tempo. A primeira é tão superficial quanto a última. Numa análise não há lugar para nenhuma delas.

Que a Alemanha é mais uma vez a potência hegemónica no continente não é novidade alguma em 2015: tem sido assim há pelo menos 20 anos. Nem a redução da França a sua servicial, em uma relação parecida à da Grã-Bretanha face aos Estados Unidos: desde De Gaulle os reflexos da classe dirigente francesa remontam àqueles da primeira metade dos anos 40, não só de adaptação mas admiração pela maior potência de turno, seja Washington ou Berlim.

Menos ainda há qualquer surpresa no resultado em relação à união monetária. Desde o princípio os benefícios da integração europeia – assumidos como um dado adquirido pela opinião bem-pensante de todo o plantel – eram muito modestos. Em 2008 a estimativa mais cuidadosa, de dois economistas favoráveis à integração, Barry Eichengreen e Andrea Boltho, concluiu que talvez tenha feito crescer o PIB do Mercado Comum 3 a 4 por cento, de finais dos anos 50 até meados dos anos 70; o impacto do Sistema Monetário Europeu seria risível; que o Ato Único Europeu acrescentou quanto muito 1 por cento e, finalmente, a

União Monetária teria resultado num escasso ou imperceptível efeito, seja nas taxas de crescimento.

E isto foi antes da crise financeira atingir a Europa. Desde então, notoriamente, a camisa-de-forças da moeda única tem sido um desastre para os países do Sul da União Europeia (UE) tanto quanto foi vantajoso para a Alemanha, onde os cortes salariais – mascarando um acréscimo de produtividade muito lento – forneceram à Indústria alemã uma vantagem adicional por toda a UE.

No que diz respeito a taxas de crescimento, um rápido olhar no desempenho económico da Grã-Bretanha ou Suécia desde o Tratado de Maastricht é o suficiente para demonstrar o quão vazio é o argumento de que o Euro representa uma benção particular para qualquer país que não seja o seu principal arquiteto.

Tal é a realidade da “Família Europeia” construída pela união monetária e o Pacto de Estabilidade. A sua ideologia é indefectível. No discurso intelectual – e no oficial – ela asseguraria a paz e a estabilidade no continente extinguindo o espectro do conflito entre as suas nações, defendendo a democracia e os direitos humanos e salvaguardando os princípios de um livre mercado regulado, enquanto última instância de toda e qualquer liberdade. Suas regras, a um só tempo, firmes e flexíveis. Seus motivos combinariam solidariedade e eficiência.

Para a estrutura de sentimento formada por essa ideologia – partilhada por todo o establishment político europeu e a maioria esmagadora de jornalistas e comentadores – o sofrimento grego foi doloroso de observar. Mas no final o “bom senso prevaleceu, um compromisso foi atingido e todos devem reconhecer que nenhum mal irreparável fora causado à UE”. Desde a vitória eleitoral do Syriza em Janeiro o caminho tomado pela crise grega também seria previsível, caso uma reviravolta final não tivesse impedido o mais óbvio.

A origem da crise está numa combinação de fraude dos livros de contas, perpetrada pelo Pasok sob auspício de Konstantinos Simitis quando se decide a entrada da Grécia na Zona do Euro, e o impacto do clash global de 2008 na frágil – endividada e não-competitiva – economia grega.

Desde 2010 sucessivos pacotes de austeridade – chamados “pacotes de estabilização” – foram infringidos à Grécia, ditados pela Alemanha e França, cujos bancos estiveram sob risco de default grego, mas implementados e supervisionados pela Troika (BCE, Comissão Europeia e FMI).

Cinco anos de desemprego massivo e cortes no Estado Social, a dívida grega tão-só agigantou-se. O Syriza apenas ganhou as eleições por prometer, com retórica retumbante, pôr um fim na submissão da Grécia ao domínio da Troika. Ele iria “renegociar” a vassalagem do país na Europa. Como o seu partido pretendia fazê-lo? Apenas predicando por tratamento mais gentil e praguejando quando assim não o era, predicas e pragas igualmente apelativas aos valores mais suaves da Europa, aos quais o Conselho Europeu não poderia fazer ouvidos moucos.

Incompatível com essas lamúrias, súplicas e imprecações pieguices, era o Syriza avesso, muito claramente e desde o princípio, a qualquer ideia de desistir do Euro. Havia duas razões para isso. De perfil provinciano, a direção do Syriza achou difícil fazer qualquer distinção mental entre pertencer à UE e à Zona do Euro, tratando a saída de um tal qual a expulsão do outro: o pesadelo de qualquer europeu como reivindicavam ser.

Também estavam conscientes de que os padrões das condições de vida – lubrificadas por baixas taxas de juros trazidos pela convergência de spreads em toda a Europa e coberto com fundos estruturais – de fato subiram na ‘Era Potemkin’ de Simitis, deixando uma memória popular a quente do Euro, que não implicava qualquer miséria. O Syriza não fez tentativa alguma

de explicar a conexão entre uma coisa e outra. Tsipras e seus colegas asseguraram a quem quisesse ouvir que, muito pelo contrário, não poderia haver motivo para sair do Euro.

Com isso eles desistiram de qualquer esperança a sério de negociar com a real – e não a de sonhos míticos – Europa. Desde 2015 a ameaça de uma ‘Grexit’ era muito mais fraca do que já foi em 2010, porque agora bancos alemães e franceses tinham sido pagos com o resgate nominal da Grécia.

A despeito de qualquer resquício de conversa alarmista, o Ministro das Finanças alemão por algum tempo, e com boas razões, deixou de lado quaisquer consequências materiais mais dramáticas para o default grego. Mas para a ideologia europeia à qual todos os membros pertencentes subscrevem o aluvião simbólico da moeda única – de fato, na linguagem típica mais atual, o próprio “projeto Europeu” per se – seria penoso, um contratempo que parecia decisivo tentar evitar.

Se o Syriza tivesse posto em prática, assim que foi eleito, planos de contingência para um default planejado – preparando controle dos capitais, a questão da moeda alternativa e outras medidas de transição que teriam que ser impostas imediatamente, para evitar a desordem – e tivesse desafiado a UE, teria uma arma de negociação ao alcance da mão.

Se tivesse também tornado claro que o evento de uma retirada poderia ausentar a Grécia da NATO, até mesmo Berlim teria repensado um terceiro pacote de austeridade, vis-à-vis o medo norte-americano de tal perspectiva. Mas para os Cãndidos do Syriza isso era naturalmente ainda maior tabu do que a ideia de uma ‘Grexit’.

Então, confrontados com um peditório do Syriza – sem qualquer carta na manga, porque é que as potências europeias reunidas fariam quaisquer concessões sabendo por antecipação que qualquer coisa que decidissem seria aceite? Para os seus parâmetros o Eurogrupo agiu de modo bastante razoável.

A única reviravolta nesta crônica tão dolorosamente anunciada veio quando o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras, desesperado, chamou um referendo para o terceiro memorando apresentado ao país e o eleitorado grego por ampla maioria o rejeitou.

Armado com um sonoro “não” Tsipras voltou de Bruxelas tendo abanado um canino “sim”, com o rabo entre as pernas, para um ainda mais duro memorando reivindicando não ter alternativa porque os gregos estariam fatalmente anexados ao Euro.

Neste caso, porque não perguntar no referendo – “você aceitaria qualquer coisa contanto que se mantenha o Euro?” Chamando por um resolutivo “não” e dentro de pouco mais de uma semana exigindo um subordinado “sim” o Syriza virou a casaca numa velocidade nunca antes vista desde o voto pelos créditos de guerra da social-democracia europeia em 1914 ainda, e mesmo assim com alguma honra salva por uma minoria do partido.

No curto prazo Tsipras não irá duvidar em fazer ressurgir das cinzas as suas promessas como – a comparação estrangeira mais óbvia – o líder trabalhista Ramsey MacDonald fez na Grã-Bretanha encabeçando um governo composto por conservadores e impondo austeridade na depressão antes de ser enterrado pelo desprezo de seus contemporâneos para a posteridade. A Grécia já teve o seu quinhão de figuras como esta. Poucos esqueceram Stefanos Sefanopoulos do Apostasia de 1965. O país, sem dúvida, terá que conviver com outro tal qual.

Qual a grande lógica da crise? Como todas as pesquisas de opinião demonstram a relação com a UE decaiu na última década e por uma boa razão. Agora é amplamente visível aquilo no que se transformou. Uma estrutura de oligarquia, entulhada em corrupção, feita da ausência de qualquer soberania popular e reforçando um amargo regime econômico de dureza para muitos e privilégio para poucos.

Mas isso não significa que esteja agora, a UE, a enfrentar qualquer perigo mortal dos “de baixo”. A fúria cresce entre a população. Mas o medo ainda a ultrapassa em larga medida. Em condições de crescente insegurança, mas não de catástrofe, o primeiro instinto sempre vai ser o de preservar o que se conhece, por mais repugnante que seja, mais do que arriscar algo radicalmente diferente. Isso apenas irá mudar quando a fúria for maior que o medo. Por agora aqueles que sobrevivem do medo – a classe dirigente à la Tsipras e seus colegas recém-adquiridos – estão seguros.

Tanto Mar (ou para a história do povo na revolução portuguesa • 1974-1975)

Betto della Santa |

«Foi bonita a festa pá/ Fiquei contente/ Manda novamente/ Algum cheirinho d’Alecrim.» (Francisco Buarque de Hollanda apud [Raquel Varela](#))

Advertência*: O texto que segue não é uma típica resenha. Trata-se de alento com bocadinho mais de fôlego. Como na canção de Lenine pedimos *um pouco mais de paciência*.

[*Assista ao video de **Booktrailer** do livro com depoimentos gravados de historiadores sociais como Valério Arcary, Marcelo Badaró, Marcel van deer Linden abaixo do texto.]

I.

Tanto Mar é o que separa o Brasil de Portugal. A canção

popular de Chico Buarque não deixa de ser a tradução poética de uma distância espacial. Mas as coordenadas históricas que separam a ditadura militar brasileira da revolução socialista portuguesa desenham o arco de uma, tanto maior, «discordância de tempos». Essa *bienal rubra* – de Portugal – coincidiu com os *anos de chumbo*, no Brasil. E não poderia haver maior desencontro. É com esses versos, nada obstante, que a jovem historiadora – *Raquel Carneira Varela* – dá início à narrativa de **História do Povo na Revolução Portuguesa** (1974-1975). Ela mesma oferece a oceanografia para uma marejada Portugal-Brasil. Por muitas (e variadas) razões é um livro necessário, urgente e, sobretudo, social e politicamente útil; para as mais amplas maiorias da história global das pessoas que vivem do próprio trabalho. Por que se trata do que é o mais profundamente revolucionário e extensamente democrático processo histórico de que se tem notícia após a Segunda Guerra Mundial em todo o Planeta.

O Brasil comparece – outra vez – na prefaciação de Ricardo Coltro Antunes, que apresenta, a todo o público de fala portuguesa, o seu ponto de vista ultramarino. Desse modo os nexos entre o nacional e o internacional – forma e conteúdo da historiografia social e do trabalho de Raquel – são marcas de anúncio já desde os elementos pré-textuais de sua poderosa obra magna. A história social (e política) contemporânea é o seu terreno. E quando se trata da história do tempo recente as várias tensões, conflitos e disputas são algo mais intensos. As conexões entre passado e presente são já demasiado autoevidentes como para serem, ora, soslaidas. As alternativas em aberto, as paixões *partigianas* e o que há de fissuras – e mal-estar – pretéritos, ganham corpo com maior nitidez e mais contornos no inquérito historiográfico do passado imediato. As batalhas, travadas nas trincheiras da escrita do histórico são, também, escaramuças, que se combatem nas casamatas do fazimento da história. A interação entre o devir político histórico e a artesanaria intelectual da historiadora – *Histoire* e *Geschichte* – encontram-se em

dialetização sem fim.

II.

Varela redige seu trabalho como uma historiadora ciosa de seu ofício – que conhece, cultiva e ama – e uma ardorosa combatente sem quartel. Uma prosa arriscada e vigorosa coteja fontes primárias, as mais múltiplas e mais diversificadas – dos jornais à cinematografia, dos dísticos partidários aos documentos oficiais –, com o estado da arte da atual literatura nacional e internacional. A tenra colheita (e articulação) de dados, o entretecimento épico-dialético das narrativas e a fina artesanaria da reconstituição de fatos e acontecimentos constituem, *daí*, um verdadeiro *tour de force*. Mas nós acreditamos que uma leitura «*mais de perto*» possibilita, efetivamente, o desvelamento de contribuição original (e a portentosa criação) que se permite antever *desde o próprio título*. Trata-se de um constructo com *duplo caráter*. A senha para o motim vem da *fertilização recíproca* do que é a «História do Povo» e sua herança, por um lado, e a «Revolução Portuguesa» e seu legado, por outro. Aqui estão *duas ricas vertentes*:

1) A *História do Povo* perfaz uma tradução *intercultural*, em sentido *pleno*, do que nós aqui no Brasil – em uma primeira leitura – associamos, imediatamente, à tradição da *People's History*, sobretudo, a partir da história vista [e feita] *de baixo* (“*history from below*”), notorizada pelas penas de toda uma cepa de historiadores de processos sociais e críticos de ideias ingleses, como Edward Palmer Thompson, Raymond Henry Williams e Eric John Hobsbawm. O Grupo de Historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha escreveu páginas de história ao ousar se desmarcar da narração de *grandes personagens* e dos *Estados-maiores*, enfim, a história *de cima*. E é com um apaixonado interesse que registro essa inspiração – focando humilhados e ofendidos, deserdados da Terra, grupos subalternos e classes que vivem do próprio trabalho –, haja vista os meus estudos e pesquisas que concernem, também, a

essa tão notável tradição intelectual. A sua mais viva inspiração contudo, convicta e confessadamente, aponta à *Outra margem do Atlântico Norte*. Howard Zinn – o historiador anarquista – e sua *People's History of the United States*. O autor, muitos menos conhecido no Brasil (do que são os seus pares ingleses), tampouco deixa de apontar uma simpatia política pela auto-organização independente de quem “trabalha para viver”.

2) A *Revolução Portuguesa*, substantivo + adjetivo, indicia um *marcador nacional*, é bem verdade mas, sobretudo, aponta para a presença ostensiva da *história* (e da teoria) *da revolução*. Mais uma vez, Raquel não esconde *de onde vem* e *para aonde vai* – da mesma forma que não se omite de *para quê* + *para quem* aos quais todo cientista social deve se haver. A pista, aqui, é a dedicatória de seu texto a Valerio Arcary, historiador trotskista, que realizou seu batismo de fogo na Quarta Internacional durante a mesmíssima Revolução dos Cravos. O reconhecimento do *quê* é a grandeza dos «historiadores populares» não passa aqui pela vista-grossa a suas limitações. Uma *história do povo* que se encontra com processos revolucionários do tempo presente em insurreições sociais do Séc.20, antes do que um *marcador nacional*, é uma declaração de princípios. Mas isso, de fato, não é mais do que um começo. À sua própria versão de *história de baixo* Varela elenca os aspectos da herança aos quais intende renunciar:

1. O empiricismo das fontes deveria dar lugar a uma mútua imbricação entre conceito e evidência, ou melhor, o vigor daquele metiê historiográfico tipicamente anglossaxão deveria se aproximar *mais* da força da *teoria social marxista revolucionária*, impregnando-se daí de léxico político a envolver noções tais quais *dualidade de poder, relação de forças em cena e situação revolucionária*;
2. A *reificação contextual* – de fronteiras nacionais – ganharia em ceder lugar a um renovado “internacionalismo

metodológico”, o quê, no caso da revolução portuguesa, aponta para a indissolúvel conexão com as lutas anticoloniais em África;

3. A própria concepção do *fazimento* da história, enquanto um ato de *autodeterminação coletiva*, por fim, granjearia novos continentes ao ampliar-se em escopo e espectro até incorporar, em cheio, a própria forma das revoluções sociais e políticas “*de baixo para cima*”. Trazer a história do povo até a revolução é – também – levar a revolução a seu seio.

III.

Em verdade, esse pacto com Clio – ao qual se filia a autora –, é tributário de uma outra tradição intelectual, *menos incensada na academia portuguesa e brasileira*. A historiografia adogmática e antideterminista de Raquel considera que revoluções são impossíveis até se tornarem inevitáveis. Falando em miúdos – e resumindo brutalmente – a *história do povo* de Raquel Varela combina, com maestria, a *via de mão dupla* entre o que a historiografia zinn-thompsoniana oferta e aquilo o que certo marxismo – marx-trotskyano – proporciona. Não por outra razão cremos que mais que uma mera resenha a propositura do presente diálogo vivo, a um só tempo duro e terno, tem a audácia de sugerir que, não só as teses da autora são originais, e sua arguição consistente, do ponto de vista da historiografia social, sobre a revolução portuguesa, como é-nos apresentado um aporte inovador, com seu quadro, desde a perspectiva da teoria *marxista-mundial* contemporânea. O feliz encontro de amor-camaradagem entre ambos os horizontes sacode a poeira dos dois lados. Como se diz no mundo de fala inglesa é uma *win-win situation*, isto é, são todos a sair ganhando.

Da História Global do Trabalho (“*Global Labor History*”) herdou um certo anti-“nacionalismo metodológico” (circunscrito territorialmente este ao Estado-nação tal limite “natural” da história, com visada eurocêntrica). Tal perspectiva teórico-

metodológica explica e compreende o combate em África – as lutas de libertação nacional mediante “guerras de guerrilha”, ancoradas no apoio amplo de trabalhadores rurais e camponeses das antigas colônias portuguesas, no continente – de forma em tudo inextrincável às batalhas operárias e populares na citadina metrópole lisboeta, da mesma forma como a Revolução de Abril influíra no vir-a-ser da queda da ditadura espanhola. Marcel Van der Linden – International Institute for Social History, Amsterdã – e, antes dele, Perry R. Anderson – University of California, Los Angeles –, criticara Edward P. Thompson de *The Making of the English Working Class* justamente deste ponto de vista. Nas diversas polémicas travadas entre Anderson e Thompson – duas diferentes gerações de marxistas historiadores, desde a *New Left* inglesa – queda clara uma questão-chave, algo obscura na fortuna literária de *Arguments within English Marxism* (o último lance dessa controvérsia já estratégica): a teoria, a política e a historiografia de Leon Trotsky tal resorte fundamental do *world-Marxism*.

IV.

Raquel é uma historiadora sul-europeia, atenta à formação – histórico-social – de uma vontade coletiva do povo-nação, que sabe que os proletariados de cada país tem seu destino grupal selado pela sorte das lutas de classes para além das fronteiras nacionais. Na pequena – *porém valorosa* – recepção crítica brasileira, que já conta com recenseamentos de Marcelo Badaró, Demian Melo e Rejane Hoeveler, talvez falte como lacuna essa constatação de modo mais explícito. Os recursos penetrantes da análise e caracterização político-social da intelectual pública lisboeta vem de um diálogo crítico com a sociologia laboral, de Ricardo Antunes, e pós-doutoramento e co-laboração com a história social, de Van der Linden, *mas não só*. Ela é/faz parte de uma tradição minoritária – perseguida, ultrajada, isolada e/ou fracionada –, com uma multiplicidade de canais e correntes subterrâneos, que raras vezes é nomeada propriamente. A escriba toma partido do comunismo de

militância trotskista e engajado na veia de um Trotsky historiador de guerras, crises e revoluções.

Mas, dizem o sisudo positivista + escalafobético pós-moderno, *não há historiografia militante!* O Santo do compromisso ético – e o valor cognoscitivo – *não bateria, nunca, com o Militantismo?* Não. *É justo o contrário.* As exigências por rigor humanamente objetivo só fazem, aqui, crescer. Qual canta o bardo carioca (e o poeta lisboeta) *«navegar é preciso»*, tanto mais em águas revoltas. Para navegar *à contracorrente* é necessário albergar um estaleiro ancho e construir naus consistentes, além de maestria ao timão e pulso-firme na praticagem. Laborar *partiginamente* à historiografia desde tendência marginal (porém irredutível) faz preciso armar maciçamente *corpora* de pesquisa e manter prumo teórico que possibilite expor, interrogar e concatenar às fontes de modo legível. A investigação historiográfica não é um exercício diletante por meio do quê o artesão torce o real de acordo com intenções de ocasião, para fazê-la caber num *Leito de Procusto* de afirmações *a priori*. É a primeira que deve estar acorde com o real – e não o oposto. E, Raquel, bem sabe disso.

V.

A vaga de livre-arbítrio sobre a própria vida – que trabalhadoras e trabalhadores, mulheres e jovens portugueses, construíram durante todo o processo revolucionário, através de comissões de fábrica, assembleias de bairro e um largo etecétera – é o fio condutor *vermelho*, fulcral, do livro. A concepção ampliada da *classe que vive do próprio trabalho* – o povo que vive para trabalhar, em luta por trabalhar para viver – é eco e repercussão de Zinn e Thompson + Antunes e Linden, e *isso está já fora de disputa*. Mas, insistimos, *adquire nova cor e textura* a partir das amarrações permitidas por bravo trabalho historiográfico d'além-Mar – o que eu chamaria, aqui, de *história global das ideias* centrada, sobretudo, no *«Marxismo-Mundo»* –, do qual Raquel Varela tomou já conhecimento há mais de dez anos: n'As *Esquinas Perigosas da*

História. O quê Valerio Arcary estabeleceu como critérios intelectuais de periodização histórica – muito homérica e alargadamente amparada pelos mais fundamentais debates marxistas-revolucionários do séc.20 – é a sua vez apreendido de ensinamento-aprendizagem de Hugo Bressano, *alias* Nahuel Moreno.

Membro (e fundador) do assim-chamado “trotskismo ortodoxo” – na América Latina –, com laços ao Norte das Américas – junto ao *Socialist Workers Party* estadunidense –, Moreno soía se autodenominar um “trotskista bárbaro”, enfatizando sempre parcos estudos e uma avassaladora experiência vivida, como batalha à morte, por levar um vocabulário marxista para o trabalhador argentino. *Pois bem.* Esse *comunismo selvagem* – e *modestamente letrado* – livrou embates sem conta para municiar-se da teoria marxista durante décadas a fio, junto ao desafio de proletarizar a corrente boêmia que herdou de seus ascendentes e internacionalizar uma tendência que cada vez mais cedia ao provincianismo nacional. Dito isso, *vamos ao grão.* São os mesmos trabalhos de investigação, da pena de Nahuel Moreno – *além de uma convivência de companheirismo* –, que irão influir no futuro historiador e no agrupamento ao qual ligou seu destino àquele 25 de Abril. *Para expor uma só prova concreta:* a distinção feita entre Fevereiro e Outubro – as revoluções políticas e as revoluções sociais – vem justamente desse velho trotskista bonearense.

A *época* histórica e a *situação* política são também critérios nahuelmorenianos, que vão das *longas durações* – até os *tempos curtos* – e, uma distinção temporal, dessa calibragem, é *fundamental.* Registrar descompasso de tempo, entre base e superestrutura, Estado e sociedade civil, nacional e internacional e – *por que não?* – a teoria e a prática, é o que adjudica a delicada sensibilidade *para a escuta* (e a escrita!) *do que é histórico.* Tão-só na confluência mesma das mais múltiplas temporalidades a história (e a teoria) da revolução se faz, daí, possível. Isto é, principalmente, “o resultado de

uma violenta irrupção das massas nos domínios onde se pautam os seus próprios destinos.” Mas, na boa companhia de Leon Trotsky, seu escopo não se circunscreve a uma narrativa do acontecido. Para além da narratividade põe-se o repto de iluminar às tendências do fazimento histórico em si, ou seja, confronta-se à polémica historiográfica sobre o sentido – e a forma – da própria revolução. E a revolução portuguesa foi a simultaneidade histórica de três processos revolucionários diversos.

VI.

À revolução antiimperialista, nas colônias, aliou-se a revolução antiditatorial, na metrópole e, desse *nexo nacional-internacional*, fez-se, então, uma revolução política e social anticapitalista. As insurreições anticoloniais, na África lusófona, foram o detonador do processo revolucionário. Se o “Movimento das Forças Armadas”, grupo político-militar da oficialidade intermediária, não suportou um então colossal sacrifício beligerante lusíada, as coetâneas e coextensivas revoluções anticoloniais em África estabeleceram o exemplo para a luta em Portugal, criando bases de apoio a ultramar, já desde as deserções militares até as reivindicações por independência. A exemplo do que aconteceu com a vaga revolucionária europeia dos “anos das barricadas”, de 1967 a 1975 – em Paris, Berlim, Londres –, a radicalização política foi a hora e vez para que se apresentasse a “esquerda da esquerda”, *i.e.*, o marxismo revolucionário, insubmissa ao programa e às ideias do stalinismo e da socialdemocracia. Do que se depreende que o processo histórico não se reduz, aí, nem aos Capitães de Abril e seu *putsch* ou ao Partido Comunista Português e sua *via nacional ao socialismo*. A história do povo – “de baixo” – na revolução portuguesa ausculta o pulsar do novo.

A perspectiva conhecida como a *história social e do trabalho*, inspirada esta no horizonte da historiografia de baixo deve, e muito, a um determinado marxismo de fala inglesa. Esse tipo de

história, mais freqüente nos anos 70, foi cada vez mais sendo substituído por histórias políticas e institucionais. O trunfo do trabalho de Raquel, inclusive, foi o que lhe proporcionou daí uma das conquistas intelectivas mais importantes desta *opera*, qual seja, a *nova cronologia from below do Portugal revolucionário*. As datações arbitrárias de atos de governo e diretivas de Estado foram, ora, postas sob *nova luz histórica*, vis-à-vis às iniciativas dos movimentos e às reivindicações de classe. *Pois bem*. O escrutínio desse metiê anglo, numa leitura *atentiva e de perto*, produziu uma auspiciosa polêmica, que tem lugar em uma série de atos de fala – interpostos na esfera pública –, entre dois grandes representantes da tão rica e múltipla vertente do marxismo anglossaxão. Tudo teve início com *As Peculiaridades dos Ingleses* e findou com *Arguments within English Marxism*. Mesmo que *historicistas absolutos* – no sentido reivindicado por Antonio Gramsci – objetem-nos qualquer consideração sobre a teoria de modo relativamente autônomo à práxis como *escolástica*, as afinidades eletivas com o trabalho de Varela sabem a demasiado marcantes.

VII.

Não vamos passar em revista o conjunto da polêmica realizada entre as diferentes gerações da *New Left* anglossaxã. Tratar-se-ia não só de um labor exaustivo, como suplantaria os motivos do presente ensaio, e o espaço que lhe cabe. Remetemos qualquer interessado em um cotejo entre os marxismos de Edward P. Thompson e Perry R. Anderson aos próprios textos dos autores como, também, à nossa tese de doutoramento – *Otimismo da Vontade, Pessimismo da Razão* (2014). Contentar-nos-emos em indicar que o que se colocava nesta disputa era desde um processo de *formação* (fazimento) da classe *operária* (trabalhadora) inglesa até, ao fim e ao cabo, o próprio conceito de *agência humana* (em inglês distinto a *sujeito social*) e, conseqüentemente, *revolução* digna das teses Nair-Anderson, e da controvérsia de Thompson, pode ser buscada em capítulo de livro coletivo *no prelo* que titulamos

Traduttore, Traditore (Del Roio, et. al.).

Ora, *salvo ledο engano*, o ponto de chegada da querela travada pelos titãs da historiografia marxista é justamente aquilo que mais interessa ao ponto de partida da obra de Raquel Carneira Varela. *A história da revolução tampouco deixa de ser uma revolução na história*. A narrativa envolvente (e todo-açambarcante) da pena de Raquel almeja não só transportar os leitores ao que são os acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos desses 12 meses que abalaram à Península Ibérica. A vívida prosa de Varela é, a um só tempo, mais concisa e ambiciosa que isso. Afinal a história de uma revolução deveria, após relatar o quê + como ocorreu – quando + onde –, ocupar-se, cristalinamente, do “por quê as coisas ocorreram desse modo e não de outro.” Isto é: “Os eventos não poderiam ser considerados como um encadeamento de aventuras nem inseridos, um após os outros, sobre um fio qualquer de uma moral preconcebida...” *E aqui o que se faz necessário é* – mais do que uma história da teoria – *uma teoria da história*. Acreditamos, firmemente, que a luz e o calor gerados pelo atrito de fricção na polêmica político-historiográfica-teórica travada entre Edward Thompson e Perry Anderson pôde aquecer/iluminar o debate de algo, puramente fundamental, resgatado por Varela: ***o espectro da autodeterminação***.

VIII.

A «*Revolução dos Cravos*» foi a última das revoluções político-sociais da Europa Ocidental. Foi original em vários sentidos. Mas no aspecto mais classicamente característico das revoluções foi, simplesmente, gigantesca. Não à-tôa uma conquista conceitual foi necessária no sentido da descrição e análise do que a autora chamou *controle operário* da produção (e reprodução) social. Uma análise comparativa e internacional esboça, aí, um diagrama rudimentar neste terreno ao se debruçar sobre o cotejo de revoluções similares, no Império Austro-Húngaro, Alemanha e Itália. Entre o abril de 1974 e o fevereiro de 1975, algo abalou Portugal desde fábricas,

escolas, locais de moradia e lugares de trabalho. Generalizou-se um novo modo de vida (e luta) em tudo distinto. A «*dualidade de poder*» foi aí uma *grande recusa*, organizada e consciente, ao direito sagrado à propriedade. Fez nascer de cada chão de fábrica, estaleiro, escola, repartição, casa e bairro uma *nova hegemonia trabalhadora pela profana necessidade à vida*. A escuta atenta ao pulsar do *controle operário* – já em profundidade ou extensão – possibilitou *uma nova escrita histórica da revolução portuguesa*. O 11 de Março muda de significado, tal momento movido e movente, e as nacionalizações são, antes que reflexo da fortaleza do Estado, refratação de seu definhamento. Trata-se dum tipo específico de *fazimento da história*, que a sua vez roga por *nova historiografia*.

A essa altura, mesmo o leitor mais atento e cuidadoso poderá se perguntar o porquê de tantas perturbações aparentemente secundárias imiscuídas à questão, essencialmente, prioritária. Não se trataria, tão-só, de apresentar texto recém-lançado ao público brasileiro, ambientá-lo de maneira eficaz (com a efetiva contextualização da revolução portuguesa) e, daí, versar sobre as inovações temáticas e/ou as conquistas formais – tal qual suas eventuais zonas cegas e/ou limites – dessa novíssima narrativa historiográfica? Arrancamos do pressuposto de que a tarefa supracitada foi realizada a contento pelo grupo nucleado no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – talvez o mais avançado programa coletivo de pesquisas marxista em história social e do trabalho no país – e ao mesmo tempo admitimos de antemão que o esforço hercúleo de mais de 500 páginas legou – à comunidade internacional, de língua portuguesa – a mais portentosa e vibrante história social europeia de que se tem notícia após os escritos de L. Trotsky. (E fazemos votos de que seja traduzida o mais amplamente para idiomas os mais diversos.) O que podemos fazer senão pedir já muito honesta – e sinceramente – ao caro leitor *um pouco mais de paciência?*

IX.

O trabalho de Raquel apresenta *uma rara oportunidade*. Faz-nos sentir e faz-nos pensar. Uma das coisas que nos faz sentipensar sobre é justamente a história dos “*grupos sociais subalternos*”, a história “*à margem da história*”. A inspiração autoevidente dessas rubricas remete ao afamado Caderno 25, de Antonio Gramsci. Sabemos amplamente que, esse caderno produzido pelo sardo revolucionário no cárcere fascista, inspirou genuína “volta ao mundo” com os *post-colonialism*, os *cultural studies* e os *subaltern studies*. Menos conhecido, porém, é o périplo por detrás de Eric John Hobsbawm e seu *Rebeldes...* Consta que, na feitura da pesquisa do livro, foi indicado ao historiador egípcio-inglês que conhecesse os parágrafos do comunista meridional dedicados ao fenômeno do *lazzarettismo* itálico.^[1] As trilhas e considerações, sugeridas por Gramsci, valem ouro para todo e qualquer historiador de processos sociais e crítico de ideias sintonizado com a perspectiva de *encontrar a identidade real sob a aparente alteridade e a substancial diversidade sob a unidade aparente*. Tem a ver com a centralidade axiológica do saber-fazer dos subalternos.

O *lazzarettismo* itálico foi muitas vezes lido como manifestação histórica dum atraso cultural. Um espasmo irracional e selvagem, um messianismo milenarista de tipo retrógrado – sobrevida estranha ou fenômeno primitivo –, algo tal qual *delírio* coletivo. *Mas o que quer dizer ‘delirar’?* O quê se ensina às pessoas, mulheres e homens do povo, indivíduos que fazem e são feitos pela base mesma de cultura e sociedade? Trabalhar e obedecer: *não-delirar*. Desde a origem latina o verbo delirar dá conta de uma negação parcial ao mundo do trabalho. Ele indica o que acontece com o arado da terra ao sair dos sulcos marcados pela charrua. Do Lat., *Delirium*, é um estado de confusão mental descrito a partir de Hipócrates (460-366 a.C.) qual um dos primeiros transtornos neurológicos já registrados. O termo *Delirium* deriva de

Delirare, que significa algo como estar fora de lugar mas ganhou uso, atualmente, com sentido de *estar confuso*, *distorcer a realidade* e *foranear-se de si*. O direito ao delírio é parte inextrincável com algo de atenção ao texto e estória das palavras (no contexto e história das lutas de classes) àquilo que Friedrich Engels considerou como único direito histórico universal inalienável, a saber, *o direito à insubordinação*. Manobra de puxar o *freio de emergência* à charrua e se descarrilhar dos sulcos da dominação. Sair fora de si, encontrar-se com o Outro, e reconciliar-se à humanidade. *A rebeldia social é o delírio coletivo*.

Se vistos “desde cima”, os elementos *de baixo* parecem guardar sempre algo de bárbaro e/ou patológico é dever de classe, de um historiador a contrapêlo dos vencedores, ler pelo avesso suas marcas de enunciação e estar atento a qualquer chispa de tendência subversiva, a mais elementar. Os critérios teórico-metodológicos para uma historiografia de grupos sociais subalternos impõe o conhecimento de seu caráter desagregado e episódico. A inegável tendência à unificação, ainda e quando provisória, é continuamente rompida pela iniciativa dos dominantes. Não é por outra razão que todo e qualquer sinal de iniciativa independente deve conformar valor inestimável para aquilo o que Gramsci chamaria de *historiador integral*. Ainda e quando Thompson escreva seu magnífico *The Making of the English Working Class* sem maior conhecimento da recomendação gramsciana, não é outra a paixão que transparece logo de seu prefácio. A explosão de letras com que se põe à tentativa de redimir às revoltas camponesas, à rebeldia trabalhadora ou à economia moral da multidão é mais do que notória. O passo seguinte, nada obstante, formaria progressivo inquérito de sua composição *heteróclita* até a conquista da *autonomia*, isto é, o poder de Estado. A investigação monográfica de revoluções não serve um outro propósito senão, justamente, esse.

X.

A polêmica de Thompson e Anderson é conhecida no Brasil, assim

como em muitos outros lugares, desde o ponto de vista do primeiro em detrimento do segundo. Não é aqui o espaço para esclarecermos o porquê da obviação dos argumentos de Anderson a respeito. São muitos e muito variados. Um forte sintoma da prevaência de uma historiografia social popular à *la Thompson* são os seus vários discípulos no campo da história e, por exemplo, a não-publicação desse livro fundamental em língua portuguesa. Mais do que assumir a perspectiva de um contra o outro o que nos propusemos fazer em nosso trabalho é esclarecer seu caráter mutuamente complementar. As zonas de penumbra de um constituem o foco luminoso de outro e viceversa. Mas como já nos adiantamos, não é nosso objetivo reconstruir a história político-editorial desse quiprocó público. Nos interessa chegar já diretamente ao ponto em que a controvérsia finalmente assume um tom mais fraternal e conseqüente e, coetaneamente, deixa de lado a imponente crítica thompsoniana a Louis Althusser para colocar no centro do fogo às concepções totais de mundo que ali se debatem. Sem qualquer embaraço e pelas razões já expostas vamos passar ao que diz Anderson nessa obra.

De 1964-1978 o debate Thompson-Anderson galvanizou uma série de questões em teoria, política e história.[\[2\]](#) O lançamento d'*A Miséria da Teoria* (1978) forneceu o que seria uma chance para enfrentar os problemas nodais para a historiografia marxista mais importante produzida durante a segunda metade do século vinte. Teórica e filosoficamente, um *Argumento* é uma tentativa de persuadir alguém de alguma coisa, dando razões para aceitar uma conclusão particular tal qual demonstrável autoevidente. A forma geral de um *Argumento* em linguagem clássica é a de premissas (mais normalmente na forma de proposições) como suporte de uma vindicação. Ademais, em língua inglesa, *to argue with*; arguir com alguém a respeito de algo, tem uma conotação polêmica bastante aguda; de natureza e limites bastante claros a respeito do teor de contraponto crítico. *Within* = dentro de. O enunciado formal, de difícil tradução seria, por aproximação, algo de árida adaptação para

um ambiente literário onde socialistas e comunistas, bem como a esquerda e o marxismo brasileiros, tem grandes dificuldades em estabelecer uma cultura política e teórica comum baseada na argumentação racional de critério polêmico, já seja via a oferta de premissa destinada a uma garantia de verdade *para uma conclusão*, argumento *dedutivo*, ou o fornecimento de razão que fundamente *sua provável verdade*, argumento *indutivo*.

XI.

O trânsito da racionalidade crítica para a polêmica política passando da teoria à história e da história à teoria, para todos os efeitos, são aqui um tema *peculiarmente inglês*. *Os Argumentos no interior do Marxismo Inglês* para a polêmica que se estabeleceu no seio da *New Left* mais antiga do mundo, é o tópico que nos ocupa aqui e agora. Uma das previsões concretadas da pena andersoniana é então inaugurada. O jovem editor fizera prognóstico do encontro da historiografia insular com a filosofia continental. O Canal da Mancha, contudo, fez com que se estrelassem um contra o Outro o histórico Thompson e um teórico Althusser. A primeira grande confrontação em grande escala de um historiador inglês com um grande sistema filosófico continental no terreno do marxismo; este seria o significado a ser celebrado da empreitada deste ensaio histórico-político-teórico. O desenvolvimento do Marxismo-Mundial muito se beneficiaria do direto confronto de tão distintas tradições, representadas por Thompson e Althusser e, desse modo, dar-se-ia então uma largada ao processo de tornar a história conscientemente teórica e a teoria historicamente informada. O singelo recado de Anderson era nada mais e nada menos uma emulação da laboração historiográfica de Thompson aliada ao “trabalho teórico” de Althusser, atentando para a crítica do empirismo e do ultrateoricismo, se é que é possível equiparar ainda que alusivamente *corporas* de pensamentos tão antípodas quanto podem ser o de um e o de outro.

Algo contra intuitivamente – *para se dizer o mais mínimo* –

Anderson arbitra a polêmica de Thompson contra Althusser afirmando que, ainda e quando seja Thompson o mais brilhante de todos os historiadores da mais talentosa e erudita cepa de mestres do ofício e Althusser o menos historicista dos filósofos do marxismo ocidental foi o último a formular a natureza da história em termos mais claros. Se Thompson equalizou história a passado *per se* Althusser mais nitidamente argumentou que fatos históricos seriam aqueles a causar mudança em relações sociais estruturais. Debater-se-ão, daí, os tópicos: i) Historiografia, ii) Agência, iii) Marxismo, iv) Stalinismo, v) Internacionalismo, vi) Utopia e vii) Estratégia. Anderson considera que o conjunto do ensaio é dominado por quatro aspectos centrais, a saber, o caráter da Historiografia, o papel da Agência humana na História, a natureza – e o destino – do Marxismo e, enfim, o fenômeno do Stalinismo. Não vamos nos deter na crítica a respeito do conceito de *codeterminação* e *consciência de classe* ou *formação histórica da classe trabalhadora* e *contradição entre forças / relações de produção*. O que retemos aqui de relevante (e produtivo) é a centralidade teórico-metodológica atribuída a uma revalorização do famoso *Prefácio – 1857 – à Contribuição da Crítica da Economia Política*.

XII.

O contexto efetivo da controvérsia seria o limiar não-cicatrizado entre *efervescência* dos *anos das barricadas* e *prelúdio* de uma década perdida para a *reação política histórico-mundial*. A justeza da crítica thompsoniana ao antiempirismo althusseriano não deixaria de sublinhar a necessidade da teoria na história, isto é, a construção e sistematização do conceito que permita ao historiador ascender – do abstrato ao concreto –, através do que Karl Marx e Friedrich Engels chamam *síntese de múltiplas determinações*. Controvérsia clássica das ciências sociais é então enfrentada; a dicotomia entre o determinismo estrutural e a agência subjetiva. Considerando-se a ambiguidade dos termos e

conceitos de *Agência* e *Sujeito* (uma distinção importante em idioma inglês) rechaça-se o que se considera os unilateralismos de Thompson, *criatividade humana*, e Althusser, *implacabilidade estrutural*. Em seu lugar se propõe, então, algo de uma nova posição compatibilista, tratando de reconciliar o irreconciliável nos termos em que se dão: a ação volitiva, trazida por Thompson, e a causalidade universal de Althusser. A noção de *Agency* entra em cena.

Apesar d'*Agência* ser a chave-organizadora do conjunto da obra de Thompson restaria em seu núcleo nevrálgico algo de uma *indistinção* entre três diferentes tipos. Esses três tipos incluiriam agentes atuando sob meios para realizar fins privados, individuais – como, por exemplo, o casamento –, ou mesmo finalidades públicas, interpessoais, não-voltadas ao remodelamento de relações sociais estruturais pré-existentes, tal como conflitos armados e/ou diplomacia de Estado. Para além dessas esferas da vida – e *também para além de todo tipo de fazimento da história já conhecido* – Anderson mais se preocupava com aquilo que chamou *projetos coletivos de auto-determinação popular ou de massas*. Em um contraste agudo com a elisão promovida pelo pensamento de E. P. Thompson – para sermos justos, elisão essa mais patente nos escritos “mais teóricos” –, Anderson argumentara que a concepção de uma agência humana de transformação global poderia ser retida em premissas as mais historiograficamente rigorosas como *atividade consciente guiada por fins*. Para o autor, tais projetos coletivos – que intentaram fazer de seus pioneiros os autores de seu próprio modo de produção da existência social com um programa autoconsciente e de forma auto-organizada, encaminhando-se para criar ou remodelar estrutura e agência a um só tempo e em sua totalidade – formam tipo de agência historicamente novidadeira.

Tratar-se-ia de obra coletiva do moderno movimento social operário nascente como que a criar realmente essa nova concepção e prática de transformação histórico-social. Com o

advento do socialismo científico os projetos coletivos de mudança social e política se irmanaram, pela primeira vez na história da humanidade, com esforços sistemáticos e ordenados por interpretar os processos do passado e presente e, assim sendo, produzir demiurgicamente um futuro pré-ideado. A Revolução dos Soviets – dirigida por bolcheviques-leninistas – teria sido o ensaio geral dessa nova forma histórica de pensar e agir sobre a interpertação e transformação do mundo, isto é, uma encarnação real e inaugural de um novo tipo de *fazimento* da história, baseado em um modo de ação *sem precedentes conhecidos*. Como bem se sabe, os resultados “realmente existentes” deste grande ciclo de revoltas histórico-sociais estiveram bem longe do que se sonhou. ‘Mas, em qualquer caso’ – disse P.R.Anderson – ‘a alteração do potencial da agência humana operada no curso do Séc. XX é irreversível.’ (p.20-21) O que se nominou, como já referimos acima, o **espectro da autodeterminação**.

XIII.

Esse novo tipo de agência humana, inaugurada pelas três revoluções russas do século vinte, teve «premonições antecipatórias» nas formas históricas da *colonização política*, *heterodoxia religiosa* e *utopia literária* dos séculos passados. Mais especificamente as revoluções francesa e americana foram as pré-figurações históricas de agência humana, neste sentido mais decisivo. A especificidade histórica do processo revolucionário russo repousa na direção coletiva imbuída de um conhecimento científico do mundo social e político que permitiu a predição do processo de modo a alterar relações de forças e à própria agência no decurso do movimento mesmo do real, enquanto as revoluções francesa e americana detonaram-se amplamente como explosões, o mais espontaneamente. (Trotsky e Lenin, à diferença de Robespierre e Washington, colocaram-se os fins de mudança político-social de modo autoconsciente e auto-organizado.) Uma nova forma de agência humana – como afirmava Marx – se faz necessária para a revolução proletária

socialista. A autoemancipação dos trabalhadores voltada não para a substituição política de formas sociais de dominação mas – justamente – para a abolição das relações de poder é a nova forma histórica.

Se Althusser foi autor da odiosa noção de “processo sem sujeito” Thompson insistiu na ideia, igualmente apodictica e algo especulativa, de “sempre ressurgentes agentes”. Uma aproximação histórica mais do que axiomática buscaria traçar a curva de empreendimentos de novo tipo, que se mostra agudamente ascendente – em termos de largura de escopo e participação de massas –, nos últimos dois séculos em franco transcrescimento dos níveis de primeiridade e secundidade. (A demografia e a linguagem seguem áreas da existência inexploradas por esse tipo de agência.) O lugar da *autodeterminação* – para usar um termo mais preciso do que ‘*agência*’ – expandiu-se notoriamente nos últimos duzentos anos. O inteiro propósito do materialismo histórico tem sido precisamente o de fornecer a mulheres e homens os meios efetivos através dos quais possam eles exercer uma autêntica *autodeterminação popular* por primeira vez na história e decidir o destino de suas vidas. Não é outro o objetivo da revolução proletária socialista – isto é, na linguagem clássica de Karl Heinrich Marx –, a transição *do reino da necessidade para o reino da liberdade*.

XIV.

«***Nunca tanta gente decidiu tanto***» disse Varela quando do lançamento editorial no prestigiado Festival Literário de Madeira 2014, ao comentar o trabalho de quase uma década nos arquivos de Grã-Bretanha, Holanda, Estado espanhol e Portugal para dar voz aos que não tiveram voz e vez. “Essa História do Povo [HdP] não é sobre o Povo todo, nem referente à ideia de Nação, é focada nas comissões de trabalhadores, nas associações de moradores, nos comandos de greve, nos atos e manifestações, nas pessoas que se auto-organizaram para definir a estrutura social a partir de seus bairros, do

movimento estudantil, da história social de mulheres que passaram por processos emancipatórios fortíssimos – em 1974/1975 –, por questões tão básicas quanto direito a licença-maternidade, direito ao divórcio, [direito a] que os filhos não fossem considerados ilegítimos. A HdP é a história das pessoas em descoberta de que podem tomar a vida em sua própria mão, que o poder pode ser exercido diretamente por elas, coletivamente, sem que lhes seja outorgado.” Ou seja, as ocupações e os conselhos, *autogestão + controle operário* da produção da existência, a hora-lugar do salto de consciência e organização, que aponta uma alternativa ao poder de Estado.

Se Thompson se mostrou às voltas com uma concepção advinda do *marxistencialismo* de Jean-Paul Sartre e Anderson enredou-se à moda teórica do *marxismo analítico* de Gerald Cohen, implicados em suas antinomias histórico-políticas, *a história social e do trabalho de Varela não cometeu o mesmo deslize*. Na verdade, a fonte de inspiração teórico-metodológica mais direta da autora passa ao largo das contradições, limites e tensões apresentados pelo debate Thompson-Anderson ao mesmo tempo que retém a seus momentos luminares. Acontece que Raquel declara sua simpatia histórico-político-teórica a *outra dobradinha anglo*: Howard Zinn e Chris Harman. Se Zinn foi historiador anarquista responsável pela História do Povo, Leslie Chris Harman perfaz diante de Raquel Varela um modelo teórico de trabalho intelectual em tudo atraído pela noção radicalmente marxiana: da emancipação dos trabalhadores como obra dos próprios trabalhadores. Nem Howard Zinn é Edward Thompson e nem Chris Harman – autor de *A People's History of the World* – é Perry Anderson. “Muita gente me pergunta se existe um livro que faz pela história mundial o que meu livro fez pela história dos Estados Unidos. Eu sempre respondo dizendo-lhes que conheço apenas uma obra que realiza esta extremamente complexa tarefa, e que esta é *Uma História do Povo do Mundo* de Chris Harman.”

A presente operação de *detour* – por dizer de algum modo – de «*deslocamento/condensação*», do duo Thompson-Anderson (ao ‘lugar-hora’ de Zinn-Harman), serviu-nos ao propósito a um só tempo de chegar ao conceito do *espectro da autodeterminação*, Anderson, e *sugerir* às noções de *experiência vivida e percebida*, cultivadas por Thompson. Pois se é bem verdade que não se sabe a fundo sobre o debate Thompson-Anderson no Brasil, a respeito de H. Zinn e C. Harman paira uma zona de penumbra de *abosluto desconhecimento*. O que importa afirmar é que um terço da população de Portugal – cerca de 3 milhões de pessoas – se engajou diretamente no centro vivo de processos decisórios a respeito de suas próprias vidas. As pessoas não votavam *de quatro em quatro anos* para daí decidir o que se fazer: elas decidiam, a diário, reunindo-se em fábricas, nas escolas, nos hospitais, no campo, nos bairros. Decisões que não eram impostas. Havia horas de reunião – de negociação e de discussão – votações, braços ao ar e olho-no-olho, para se chegar, coletivamente, à conclusão do que era melhor. Onde construir uma creche? Como organizar os correios? De que modo impartir à educação? Muitas vezes pensa-se à democracia liberal contra a ditadura como se não houvesse nada a mais mas, em 1974/1975, houve uma *democracia de base*.

A questão urgente – vital – é aquela vinda da política *de baixo*. Trata-se de resolver o enigma das revoluções proletárias socialistas e de suas repetidas tragédias históricas: como, de *nonada*, tornar-se, já, *infinito*? Como uma classe, física e mentalmente mutilada pelo cotidiano da servidão assalariada, poderá, *aí*, se metamorfosear em um sujeito universal da autoemancipação humana? Raquel reconta, com um indisfarçável júbilo, sobre como as pessoas mais pobres, e em farrapos humanos – “sem dentes” e/ou “de olhos fundos” –, depois de já 48 anos de ditadura salazarista, irrompiam com discurso e prática de transformação social global. Em um país assolado por 30% de analfabetismo, com muitos vivendo no que no Brasil se conhece por «favelas», com muitos milhares de mulheres fora do mercado de trabalho e do

acesso à educação escolar, como terá sido possível? Não poderia ser outra, a tarefa de Sísifo, a que se lançou essa bravíssima e paciente historiadora trotskista: reunir – construtiva e diligentemente – um tal volume de dados sobre número de greves, empresas autogestionadas, comissões de trabalhadores, de “saneamentos” (afastamento de ex-colaboradores da ditadura), de associações de moradores, movimentos da renda e o salário médio. O registro alcançado pela extensão do controle operário nas fábricas, o nível de coordenação de comissões de trabalhadores e a participação direta nos eventos de Abril de 1974 são uma eloqüente resposta. A autoatividade das massas enquanto *práxis revolucionária*.

XVI.

Ainda há muitos temas e questões por tocar. Raquel demole a falácia da noção de “transição”, sem-transição, e de processo “cordial”, não-violento. Coloca MFA e PCP em seu devido lugar (aquém de qualquer além). Reabilita vozes e revaloriza eventos (muitas e muitos). Um tratamento o mais adequado da documentação fotográfica – à la *Revoluções* (“A Revolução Fotografada”), de Michael Löwy (São Paulo : Boitempo, 2009) –, que transborda de *images à la sauvette* (Cartier-Bresson) ou daquilo que mal-traduziu-se tal qual «*instantes decisivos*» da revolução, é devido. Uma especial atenção para a relação entre arte e revolução no capítulo específico traria uma série de novas problemáticas internacional-comparativas com estruturas e processos mundo-afora (e no Brasil, em particular, com preocupações semelhantes à de Marcelo Ridenti & outros). E uma abordagem mais conseqüente dos prolegômenos aqui esboçados, para o recurso heurístico de trazer à lume o *debate Thompson-Anderson* (suas concepções de classe, agência e revolução), não se pararia por aqui. Tudo isso para dizer que poderíamos desdobrar *ad infinitum* (sob o risco de fazê-lo *ad nauseam*) às riquezas de relações e multideterminações trazidas pela leitura do livro. Nesse momento precisamos daquilo que os

italianos chamam de *Fermata*, uma espécie de freio de mão de emergência literário, para que leitor, escriba e autora possam restar um cadinho em paz.

Mas já não sem antes inculcar algo de “uma pulga detrás da orelha” de quem lê a essas linhas. O lampejo de insight dialético-intuitivo que dá conclusão provisória a esse escrito de intervenção é de que se avizinha a tal «velha toupeira», tantas vezes emulada por um tal Karl H. Marx. Chegam-nos ressonâncias e reverberações – *sinais dos tempos* – de que, mais uma vez, se fará uma revolução social e política europeia. Do que se dizia, no jargão dos mais velhos, as “condições objetivas” e “subjetivas”, há um avolumar-se de contradições baseadas em antagonismos os mais diversos e irreconciliáveis de-há algum tempo já. Os ecos e repercussões da crise econômica mundial e a forma como se dá o *ensaio geral* – ou *prólogos* – de lutas e resistências, sobretudo na porção Sul do velho continente, diz (ou murmura) algo a esse respeito. *A Europa inicia a se espreguiçar*. Um corpo político e social, algo embriagado de um sono profundo, das casamatas e fortalezas da Europa do Capital, deve ainda alongar membros (e testar movimentos) antes de se colocar de pé. Mas os bocejos (no lugar de gritos de guerra) já se fazem ouvir à longa distância de um Oceano. *A geração à rasca*, precários inflexíveis e a Avenida Liberdade *não são mais do que um começo...*

XVII.

A ultimíssima remarcação se faz à *revelia* da escritora da obra ora em escrutínio a tudo atento. É que muitas e muitas vezes ela mesma se desmarcou, em diversas ocasiões e entrevistas, de se assumir como, além de historiadora de ofício, *uma praticante da arte da escrita*. Não nos sobra mais remédio do que afirmar o mesmo juízo literário que Perry Anderson dedicou àquele que considera, nada mais e nada menos, o que seria *o melhor escritor socialista da Inglaterra* – “e, possivelmente, da Europa.” Anderson assevera, sobre a escrita

de Edward Palmer Thompson, “estupenda variedade de timbre e ritmo”, diz o autor, “é o quê predomina em seu melhor – “apaixonada e alegre, cáustica e delicada, conscienciosa e coloquial” – e, para todos efeitos, *não teria paralelo no seio das esquerdas*. O juízo literário é, enfim, o mais alto. *Mas não se para por aí*. Não obstante, diz, as conquistas estritamente “historiográficas”, de uma série de alentados estudos sobre os Sécs. XVIII e XIX – que abarca desde William Morris até o brilhante conjunto de ensaios de *Costumes in Commom* –, constituiriam algo como o produto mais original da mais avançada historiografia marxista-mundial, à qual teriam contribuído já tantos eruditos de talento. O registro da prosa de Varela tem tudo isso – alegre/apaixonada/cáustica/delicada; *irredutível* – e mais. Fustiga o tempo-de-agora do mundo dos trabalhadores, suas riquezas e misérias, com o debruçar de um par de olhos que sabem tudo aquilo que é capaz quando «*o medo muda de lado*». E potencializa a calibragem do poder de comunicação e expressão a partir destes conhecimentos.

O fim da leitura da obra de Varela faz saltar da letra do texto outro quadrante quente da canção popular brasileira: –*Vamos fazer um filme?* Cada um dos leitores não poderá evitar o movimento involuntário de editar uma película – na mente e no coração –, onde não haverá lugar para o herói masculino individual, típico da dramaturgia burguesa mais convencional. Um filme, com a força da narração de um Ken Loach, atento à vida vivida da classe trabalhadora em tela. Esse filme haverá de construir muitas pontes: entre continentes, entre épocas e entre gerações. Um filme que, não sendo nada parecido a uma *love-story* – tal qual a indústria dos cinemas nos habituou a considerar –, haverá de dizer sem papas na língua sobre o mais autêntico amor humano. Não por outra razão já causa expectativa o ensaio histórico-político que editou às vésperas da viagem Portugal-Brasil-Inglaterra, atualmente no prelo, *Para onde vai Portugal?* (Lisboa, 2015). A autoevidente inspiração trotskiana é, *mais que intenção*, um gesto. Pois

mais que estratega do ‘Programa de Transição’ e teórico da ‘Revolução Permanente’, Leon Davidovich Bronstein Trotsky, é cronista do modo de vida, ensaísta de literatura e revolução e, creiam ou não, criador de trechos que simplesmente não podem não ser comparados com aquilo que nós usamos chamar de *poesia política*:

‘É fevereiro de 1917: tem começo a maior revolução de todos os tempos. Em uma semana a sociedade se desfaz de todos os seus dirigentes: monarca e homens da lei, policiais e sacerdotes, proprietários e gerentes, oficiais e amos. (...) Surge então – das profundezas da Rússia – um imenso grito de esperança. Nessa voz se mescla a voz de todos os desesperados, humilhados e desamparados. Em Moscou, os operários obrigam a seus donos a aprender as bases do novo direito operário. Em Odessa, os estudantes ditam a seu professor um novo programa de história das civilizações. No exército, os soldados deixam de obedecer a seus superiores. Ninguém jamais havia sonhado com uma revolução assim. Agora esse sonho circula pelas veias de todas as almas – desesperadas e desamparadas – deste Planeta. A grande fraqueza de muitos ‘revolucionários’ consiste em sua mais absoluta incapacidade de se entusiasmar, de se elevar, acima do nível rotineiro das trivialidades, de fazer surgir um vínculo vital entre ele e os que o rodeiam. Aquele que não pode incendiar; não pode incendiar sua vida, nem a dos demais’. (Leon Trotsky, [O Grande Sonho](#), s/d.).*

[1] *Davide Lazzaretti (1834-1878) foi um líder rebelde emerso das camadas subalternas da Toscana, Itália central. Profeta místico, Lazzaretti foi, também, um pregador – em oposição à Monarquia – tal como se apresentava à Igreja.*

[2] *Vide Dalaqua, Renata. O debate no interior da New Left britânica. História Social Nº 25, 2013 para o lapso citado.*

Ficha

27th April 2015 | A People's History in the Portuguese Revolution 1974-75 | A Video by Bertrand Book Publisher, Lisbon | Videography: Tiago Abreu | Translation Subtitles: Sean Purdy and Betto della Santa.

Referências

ANDERSON, Perry R. Arguments within English Marxism. London: Verso, 1980.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARCARY, Valerio. As esquinas perigosas da história. São Paulo: Xamã, 2004.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del Carcere. Torino: Einaudi, 1975.

HARMAN, Chris P. A People's History of the World. Verso: London, 1999.

HOBBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216-231.

HOBBSBAWM, Eric J. Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries. London: Norton & Company, 1965.

LINDEN, Marcel Van Der. Rumo a uma nova concepção histórica da classe trabalhadora mundial. História, São Paulo, v. 24, p. 11-40, 2005.

LÖWY, Michael. Revoluções. São Paulo: Boitempo, 2009.

RIDENTI, Marcelo S. Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

THOMPSON, Edward P. A história vista de baixo. In As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios. Campinas:

Unicamp, 2001, p. 185-201.

TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa. Tomos 1 e 2. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

VARELA, Raquel. A história do PCP na Revolução dos Cravos. Lisboa: Bertrand, 2011.

ZINN, Howard. A People's History of the United States. New York: Harper Collins, 1980.

Colóquio internacional discute o colapso das ditaduras em uma perspectiva marxista

Quarta, quinta e sexta da próxima semana, no IFCS-UFRJ

Colóquio Internacional

0 Colapso das Ditaduras

Programação geral

24/10 (Quarta-feira)

8:30 -09:00 – Credenciamento

09:00 -09:30 – Abertura oficial

- · Renato Lemos (Brasil)
- · Fábio Lessa (Diretor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- · Mônica Grin (Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social História da Universidade Federal do Rio de Janeiro).
- Raquel Varela (Portugal)

10:00 -12:00 – Mesa-redonda/ Roundtable – O colapso das ditaduras (com tradução simultânea)

- · Theotônio dos Santos (Brasil)
- · Valério Arcary (Brasil)
- · Tamás Krauz (Hungria)
- · Coord. António Paço

12:00 -14:00 – Almoço

14:00 -16:00 – Apresentações de trabalhos

O golpe de 1964 no Brasil – Coord. Rômulo Mattos

- · O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964 – Martina Spohr
- · A ditadura desenhada – prós e contras diante do golpe – André Gustavo Ubinski
- · O terror de Estado em São Luís: uma análise construída pelo jornal *O Imparcial* – Rafael Ferreira Cutrim
- · Reflexões sobre a profissionalização militar e o golpe

burguês-militar de 1964 – Camila Fernandes Bravo

Forças Armadas e regimes políticos – Coord. Aloysio Carvalho

- · Guerrilha de Caparaó (1966-1967): esquerda militar em resistência à ditadura militar – Márcio Francisco Carvalho
- · Os oficiais brasileiros da reserva e a defesa da memória institucional do 31 de março de 1964 – Fernando da Silva Rodrigues
- Da ditadura militar nacionalista à ditadura civil-militar neoliberal: Forças Armadas e participação política no Peru (1968-1993) – Vanderlei Vazelesk

Ditadura e política na Argentina – Coord. Rachel Cardoso

- · Da “Ttriple A” ao terrorismo de Estado: o terror ampliado na ditadura civil-militar argentina de 1976 – Marcos Vinicius Ribeiro
- La recomposición del movimiento obrero durante la última dictadura militar argentina bajo el liderazgo de Saúl Ubaldini (1980-1983) – Carla Sangrilli
- Argentina em conflito: as disputas entre a Central Geral do Trabalho (CGT) e a ditadura de Juan Carlos Onganía – Manoel Afonso Ferreira Cunha

Ditadura e memória no Brasil – Coord. Gilberto Calil

- A quem interessa? Um debate sobre a memória construída em torno da ditadura brasileira (1964-1985) – Cláudio B. de Vasconcelos
- Pode a vítima falar? O testemunho como recipiente de memórias traumáticas – Lucas Amaral de Oliveira
- História e memória: na busca pelo direito à Anistia-GEUAr (1994-2002) – Esther Itaborahy Costa

Ditadura e transição política no Brasil – Coord. Rejane Hoeveler

- Ditadura: um programa saindo do ar – Paulo Roberto de

Azevedo Maia

- Transição democrática no Brasil e a Assembleia Nacional Constituinte 1987-1988: permanências e rupturas – Heloísa Fernandes Câmara
- A redemocratização na proposta do Partido dos Trabalhadores – Amanda Cristine Cezar Segura

16:00-16:30 – Coffee break

16:30 – 18:30 – Debate: Crise económica, Estado Social e resistência dos trabalhadores

Promoção: revistas *Outubro* e *História & Luta de Classes*

Moderadores: Felipe Demier (historiador, revista *Outubro*) e Gilberto Calil, historiador (revista *História & Luta de Classes*)

- Hungria. Do liberalismo ao neofascismo – Tamás Krausz, historiador, revista *Eszmélet*, Hungria
- Possibilidades e limites do reformismo no Brasil contemporâneo – Valério Arcary, historiador, revista *Outubro*, Brasil
- Quem paga o Estado Social? – Raquel Varela, historiadora, revista *Rubra*, Portugal
- Marikana: as armadilhas da libertação nacional – Claire Ceruti, historiadora, revista *Socialism from Below*, África do Sul

19:00 – 21:00 – Mesa-redonda – A dimensão internacional na mudança de regimes políticos

- · Serge Wolikow (França)
- · António Paço (Portugal)
- · Encarnación Lemus (Espanha)
- · Coord. Marcelo Badaró

25/10 (Quinta-feira)

9:00 -11:00 – Apresentações de trabalhos

Ditadura e revolução em Portugal – Coord. Gilberto Calil

- · As contribuições do intelectual exilado Vítor Ramos para o colapso do salazarismo: sua presença no jornal *Portugal Democrático* (1955-1974) – Fábio Ruela de Oliveira
- · A edição política e a denúncia da ditadura em Portugal (1968-1977) – Flamarion Maués
- · Comissões de Trabalhadores e o movimento operário no Portugal pós-25 de Abril – Miguel Angel Pérez Suárez

Ditaduras no Cone Sul – Coord. Fernando Rodrigues

- · A ditadura brasileira em relação aos seus pares latino-americanos – Janaína de Almeida Teles
- · A denúncia nas telas: cinema e representações políticas dos colapsos das ditaduras e das transições democráticas na Europa e na América Latina (décadas de 1970 – 1980) – Wagner Pinheiro Pereira
- · Ditadura militar na fronteira sul do país: resistência, repressão e rotas de exílio – Marília Brandão Amaro da Silveira

Ditadura e movimentos sociais no Brasil – Coord. Camila Bravo

- · A Diocese de Nova Iguaçu: uma Igreja nova, pobre e de periferia em tempos de repressão política (1974-1980) – Gabriel do Nascimento
- · A comunidade de informação e segurança no processo de abertura política no Brasil e a visão sobre a atuação do

Movimento Amigos de Bairros (MAB) em Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (1974-1985) – Abner Sotenos

- · Movimentos Comunitários. Experiências de participação em Juiz de Fora, MG – 1974-1988 – Luciana Verônica Silva Moreira

11:00 -13:00 – Mesa-redonda – O colapso das ditaduras e os conflitos sociais (com tradução simultânea)

- · Marcelo Badaró Mattos (Brasil)
- · Raquel Varela (Portugal)
- · Ricardo Antunes (Brasil)
- · Coord. Felipe Demier

13:00 -14:30 – Almoço

14:30 -16:30 – Apresentações de trabalhos

Ditadura e coerção no Brasil – Coord. Fernando Rodrigues

- · A contradição eleitoral: da realização ao cancelamento das eleições diretas na ditadura militar – Priscila Oliveira Pereira
- · O terror de Estado no Maranhão: quem eram os perseguidos pelo DOPS? – Sarah Fernanda Moraes Gomes
- · Assessoria de Segurança e Informação – ASI/UFF no espaço de significação universitário: uma célula do poder do Serviço Nacional de Informação de 1964 a 1985 – Rosale de Mattos Souza

Fascismo, Nazismo e Integralismo – Coord. Enrique Padrós

- · Plínio Salgado em Portugal: a difícil atualização do

fascismo no contexto de pós-guerra – Gilberto Grassi Calil

- · O Estado Novo e o Movimento Integralista. A atuação de Raymundo Padilha na reorganização da AIB durante o período de exílio de Plínio Salgado – Alexandre Luís de Oliveira
- · Liberdade e resistência no Grupo Rosa Branca – Maria Visconti Sales

Ditadura e mudança política no Brasil – Coord. Aloysio Carvalho

- · Samuel Huntington e a transição gradualista no Brasil (1972-1974) – Rejane Carolina Hoeveler
- · As propostas militares não “esguianas” para transição brasileira (1977-1983) – Tiago Monteiro
- · A contrarrevolução de 1964: colapso ou transição? – Roziane Ferreira da Silva Cerqueira / Rogério Fernandes Macedo

16:30-17:00 – Coffee break

17:00 -19:00 – Apresentações de trabalhos

O fim do Franquismo – Coord. Felipe Demier

- · The anti-francoist social movements in Barcelona: social and political victims becoming the founders of a new democratic civil society under dictatorial rule – Florian Musil
- · “La memoria es de ayer, pero sirve para mañana”: as tensões entre história e memória à luz da historiografia recente sobre a Guerra Civil Espanhola (1936-39) – Marco Antônio Pereira

- · La democracia (no) es el mercado. El mundo de los negocios ante el colapso de las dictaduras en la Península Ibérica – Ángeles González Fernández

Ditadura e coerção no Brasil – Coord. Enrique Padrós

- · As ditaduras de segurança nacional e o uso político do silêncio – Silvania Rubert
- · Terror de estado no Brasil: repressão e censura através da imprensa no Maranhão (1964-1974) – Mariana Pinheiro de Sousa
- · “Meu filme não é extremista”: Roberto Farias e “Pra frente Brasil!”. Censura e posicionamento político – Wallace Andrioli Guedes

Anistia e processo político no Brasil – Coord. Tiago Monteiro

- · O Comitê Brasileiro pela Anistia e a descompressão política (1978-1980) – Cristina Monteiro de Andrada Luna
- · Algumas reflexões sobre a transição política no Brasil e a anistia enquanto instrumento de autoproteção do Regime – Alessandra Gasparotto / Renato Della Vechia
- · Anistia e conciliação na ditadura civil-militar brasileira – Carla Simone Rodeghero

Constituição e crise do mundo socialista – Coord. Rômulo Mattos

- Herdeiros do Muro: análise comparada da reação pública de cinco partidos comunistas sul-europeus aos acontecimentos históricos de 1989/1991 – Álvaro Cúria
- “Arcana Imperii” pós-1989: A política de abertura dos arquivos policiais na transição Búlgara – Elitza Bachvarova
- The collapse of traditional culture as perceived dictatorship: Russia, a case study – Anna Geifman

19:00 – 21:00 – Mesa-redonda – Mudanças de regime na América Latina

- · Enrique Serra Padrós (Brasil/Uruguai)
- · Manuel Garretón (Chile)
- · Renato Lemos (Brasil)
- · Coord. Demian Melo

26/10 (Sexta-feira)

9:00 – 11:00 – Apresentações de trabalhos

Historiografia da ditadura brasileira – Coord. Demian Melo

- · O regime ditatorial brasileiro em foco: balanço da produção historiográfica na pós-graduação (1995-2010) – Carine Muguét
- · Revendo a “hegemonia cultural de esquerda”: a visão da produção das ciências sociais sobre a atuação dos artistas de esquerda da década de 1960 – Larissa Costard
- · Historicizando um conceito: a “ditabranda” – Carla Silva

Ditadura e mudança política no Brasil – Coord. Tiago Monteiro

- · Liberalização e regime autoritário no Brasil – Aloysio Henrique Castelo de Carvalho
- · Projetos editoriais de esquerda e o processo de redemocratização brasileiro – Andréa Lemos Xavier Galucio
- · *A Folha de São Paulo*, a memória histórica e o acontecimento: passado e o futuro presentes em tempos de Diretas-Já – Tâmyta Fávero

Ditadura e processo político no Chile – Coord. Rachel Cardoso

- · A luta pela democracia: olhares brasileiros sobre as jornadas nacionais de protesto no Chile (1983-1984) – Carlos Domínguez Avila
- · La crisis del régimen de Pinochet y sus partidarios civiles: la Unión Demócrata Independiente (UDI) y Renovación Nacional (RN), 1988-1990 – Pablo Rubio

Apiolaza

- · “El sentido de la transición”: discursos políticos da direita chilena nos anos 1980 – Eric Assis dos Santos

11:00 -13:00 – Mesa-redonda – As transições incompletas

- · Claire Ceruti (África do Sul)
- · Procopis Papastratis (Grécia)
- · Coord. Raquel Varela

13:00 -14:30 – Almoço

14:30 -16:30 – Apresentações de trabalhos

História e teoria: como definir os regimes?– Coord. Carla Nascimento

- · Totalitarianism, authoritarianism, dictatorship: Juan Linz’s concept revisited – Jean-William Dereymez
- · Bonapartismo e ditadura militar: algumas interpretações do Brasil pós-Golpe de 1964 – Felipe Demier
- · “Ditadura civil-militar”? Os impasses de uma discussão conceitual – Demian Bezerra de Melo

Ditaduras e políticas de Estado/ Dictatorships and State policies – Coord. Camila Bravo

- · O regime do *apartheid* e seu programa nuclear – Edson Perosa
- · Diretrizes da política econômica da ditadura civil-militar: fundamentos para o projeto privatista brasileiro

dos anos 1990 – Monica Piccolo Almeida

- Reforma agrária, instrumento de governos militares? – Daniel Polatto

Ditadura e oposição no Brasil – Coord. Carla Silva

- Música e ditadura no Maranhão: canções como elementos de contestação a partir do AI-5 – Wilson Pinheiro Araújo Neto
- Imprensa e oposições políticas na década de 1970: a experiência dos jornais Opinião e Movimento – Hugo Bellucco
- O futebol brasileiro em clima de “Diretas Já” – Romulo Mattos

Memória e justiça do passado – Coord. Cristina Luna

- Justiça de Transição no Brasil e na Argentina: normas internacionais de direitos humanos, ativismo transnacional e mudança política – Emerson Maione de Souza
- Um novo lugar para o testemunho a partir dos processos sobre terrorismo de Estado no Cone Sul – Roberta Cunha de Oliveira
- La situación de los archivos de la represión después del fin de las dictaduras: una comparación Europa oriental / America Latina – Bruno Groppo
- Arte colectivo e instituciones artísticas en las ciudades de Buenos Aires, Lima y São Paulo. Una perspectiva comparada 1997-2007 – Cecilia Vazquez

Ditadura e processo político no Chile – Coord. Rachel Cardoso

- “Ley Maldita’: A Ley de Defensa Permanente de La Democracia de Videla e o desvio para ‘La Vía Chilena’ – Mariana Sulidade / Romario Basilio
- Ariel Dorfman e o longo adeus a Pinochet – Cláudio Pereira Elmir

16:30 -17:00 – Coffee break

17:00 -19:00 – Mesa-redonda – Transições políticas e memória

- · Constantin Iordachi (Hungria)
- · Fernando Rosas (Portugal)
- · Jessie Jane Vieira de Souza (Brasil)
- · Coord. Renato Lemos

19:00 – 21:00 – Sessão de encerramento – Palestra

Fernando Rosas – Do golpe militar à revolução de 1974/75: singularidades históricas da “transição” em Portugal